

**PSICOLOGIA NA ADVERSIDADE:
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATENDIMENTO A POPULAÇÕES
VULNERABILIZADAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19**

*Atanael Santos de Brito¹, Emanuelle Fernandes Teixeira², Iago Lôbo Siqueira Rodrigues³,
Renan Vieira de Santana Rocha⁴*

RESUMO

O presente estudo trata de um relato de experiência, produzido a partir de uma prática de Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, no âmbito de uma formação em Psicologia, em uma Universidade na cidade de Salvador/BA, junto ao Programa Corra Pro Abraço. Tem como objetivo discorrer sobre a experiência de estágio aqui em questão, evidenciando as necessidades da Psicologia em se adaptar a situações adversas, como a agora encontrada durante a pandemia do COVID-19. Enseja, assim, em análise da experiência em questão, sinalizar como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem se tornar uma ferramenta importante de atuação psicológica, em seus desafios e possibilidades, inclusive no oferecimento de assistência a populações vulneráveis/vulnerabilizadas, como é o caso da população em situação de rua – em que devemos considerar, contudo, que o processo de inclusão digital é assimétrico socialmente. Conclui-se, assim, apontando as possibilidades de uma atuação em Psicologia atenta e flexível às adversidades que podem se interpor no processo de trabalho de psicólogas e psicólogos, reconhecendo, em mesma medida, os limites decorrentes desta mesma atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Psicologia; População em Situação de Rua; Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs); COVID-19.

Recebido em 13/01/2021, aceito em 29/04/2021

¹ Graduação em Psicologia (UNIFACS). Atuou como Estagiário do Programa Corra Pro Abraço (CPA). atanael77@live.com

² Mestra e Doutoranda em Ciências Sociais (UFBA). Psicóloga do Programa Corra Pro Abraço (CPA). lelliteixeira@hotmail.com

³ Mestrando em Saúde Coletiva (UFBA). Psicólogo do Programa Corra Pro Abraço (CPA). ialobosr@gmail.com

⁴ Mestre e Doutorando em Saúde Coletiva (UFBA). Docente da Universidade Salvador (UNIFACS), e Supervisor de Estágio junto ao Programa Corra Pro Abraço (CPA) renanvsr@gmail.com

**PSYCHOLOGY IN ADVERSITY:
EXPERIENCE REPORT IN SERVICE TO VULNERABILIZED
POPULATIONS DURING THE COVID-19 PANDEMIC**

ABSTRACT

The present study deals with an experience report, produced from a practice of a Specific Internship in Psychological Interventions, within the scope of a Psychology training, at a University in the city of Salvador/BA, in to the Corra Pro Abraço Program. It aims to discuss the internship experience here in question, highlighting the needs of Psychology to adapt to adverse situations, such as the one found during the pandemic of COVID-19. Thus, in the analysis of the experience in question, it aims to signal how Information and Communication Technologies (ICTs) can become an important tool for psychological action, in its challenges and possibilities, including in offering assistance to vulnerable populations, such as this is the case of the homeless population – still, that, as will be seen from the reported experience, we may encounter difficulties in the aspect of link management. It concludes, thus, pointing out the possibilities of acting in Psychology attentive and flexible to the adversities that may interfere in the work process of psychologists, recognizing, to the same extent, the limits resulting from this same professional performance.

KEYWORDS

Psychology; Homeless Population; Information and Communication Technologies (ICTs); COVID-19.

1. Introdução

Pensar no fazer Psicologia é algo que se passa na vida de qualquer um que esteja envolvido com a profissão. *Para que(m) eu faço Psicologia?* Esse sempre foi um questionamento pessoal, que também procuramos levar ao meio universitário. A Psicologia caracteriza-se como uma profissão que atua mediante ao comportamento e aos processos mentais das mais diferentes pessoas, seja no âmbito individual, seja no âmbito coletivo, principalmente no que tange às vulnerabilidades que se fazem presentes nas vidas destas mesmas pessoas (Cf. SOARES, 2010).

Neste aspecto, a Psicologia tem, hoje, um espectro de atuação muito amplo, derivado de sua história e de sua inserção gradativa e contumaz na história da própria sociedade; afinal de contas, onde há pessoas, há condições comportamentais, psicológicas e sociais que necessitam de atenção. Sobre esta mesma Psicologia, enquanto ciência, diz-nos Soares (2010) tratar-se de:

[...] uma ciência independente, que, alimentada hoje com a ajuda de ciências auxiliares, abriu horizontes para o nascimento de Escolas as mais diversas, que lhe enriquecem, com achados precisos, a textura do seu organismo científico e lhe oferecem desafios e hipóteses de extraordinária potencialidade de achados possíveis. É uma ciência independente que, invadindo, a duras penas, as cátedras, os laboratórios, os congressos dos estudiosos e o interesse de todos os estratos do público, se impôs, com tal vigor, que já não podemos dizer ser ela a ciência do futuro, porque, no presente, é a ciência de agora (SOARES, 2010, p. 40).

Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018, p. 176), por sua vez, dizem-nos que de 20% a 56% população adulta brasileira apresenta alguma condição referente a um possível transtorno mental. A partir desses dados, relacionando-os com os números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (2010), onde se afirma, por estimativa, que a população brasileira é constituída por cerca de 212 milhões de pessoas, isto nos leva à inferência de que cerca de 42 a 118 milhões de brasileiras e brasileiros adultos podem, potencialmente, apresentar algum tipo de transtorno psicológico (diagnosticado, ou não).

Dessa forma, em uma análise básica dos dados apresentados até aqui, poderíamos compreender que o questionamento inicial de para que(m) se faz Psicologia perderia o seu sentido, tendo em vista que a maioria da população brasileira poderia se beneficiar destes serviços, afinal, todas e todos estão suscetíveis a um *adoecimento psicológico* nos mais diversos níveis, onde muitos, inclusive, já apresentam essa condição (Cf. VIAPIANA, GOMES; ALBUQUERQUE, 2018). Contudo, na prática, não é bem assim que a Psicologia se apresentará e construirá o seu lugar ante a toda a população. A Psicologia, desde a sua regulamentação no Brasil, em 1962, teve seus serviços mais direcionados para serviços particulares, se aproximando mais das elites, e se distanciando daqueles que não tinham o capital para pagar pelos serviços prestados. Apesar disso, nas últimas três décadas, a Psicologia tem assumido um compromisso (mais) social, ampliando suas áreas de atuação, e alcançando cada vez mais as populações vulneráveis/vulnerabilizadas de nosso país (Cf. SOARES, 2010).

Todavia, cabe um novo questionamento: até que ponto a/o profissional de Psicologia é formada/o para estar próxima/o das populações ditas vulneráveis? Se, por um lado, estudam disciplinas como Saúde Coletiva e Psicologia Social – com pequenas cargas horárias, mas presentes –, por outro lado, tem-se ainda uma formação que parece, em muito, reproduzir um modelo de formação de tipo elitista. É esse aspecto que Martin-Baró, importante psicólogo social de El Salvador, desenvolve a partir da teoria da Psicologia da Libertação. Esta surge com a intenção de revolucionar o trabalho da Psicologia, posicionando as psicólogas e psicólogos

como parte do povo, e sinalizando a estas e estes a necessidade de uma atuação em Psicologia cujo foco seja, em verdade, a transformação da realidade social e econômica de exploração dos pobres e de produção de desigualdades sociais; exploração daquelas e daqueles que, em meio ao modelo socioeconômico atual, alicerçado no capital, e por estarem à margem dele, ocupam um lugar de exclusão social; tendo, assim, as psicólogas e psicólogos, como instrumentos dessa prática, os processos de *conscientização* e *desideologização* (Cf. MARTÍN-BARÓ, 1997; ALMEIDA et al, 2015).

Então, em meio a tais questionamentos, que sempre procuramos levantar, sobre como aproximar a Psicologia de quem, de fato, mais necessita dela, constatamos como o meio acadêmico sempre gerou um conflito de ideias na formação enquanto psicólogo. Se, por um lado, apresentou-se a necessidade de pensar e produzir uma Psicologia para com populações socialmente excluídas, por outro lado, esta mesma formação nos qualifica, em muito, como profissionais para modelos elitistas – mediante a necessidade do ingresso no mercado de trabalho, a existência de inúmeros postos de trabalho precarizados, o convite à centralidade da clínica tradicional-privatista, entre outros exemplos.

A inserção do profissional no mercado de trabalho, com efeito, parece configurar-se como um dos principais fatores para o afastamento do profissional de Psicologia dos públicos em distintos processos de exclusão social. O modelo capitalista atual muito reproduz aquilo que existe desde o início da regulamentação da Psicologia do Brasil, estimulando um maior acesso à profissão para quem tem o capital necessário para financiá-la, e pagar pelo serviço de Psicologia no Brasil, nas condições socioeconômicas apresentadas pelo país na atual conjuntura – onde o salário mínimo é de R\$ 1.045,00 e tendo em torno de 13 milhões de pessoas desempregadas, com o trabalho informal crescendo cada vez mais – é uma realidade distante da maioria das brasileiras e brasileiros.

No Brasil, ainda que ofertados através de órgãos públicos e dispositivos de saúde e/ou assistência social serviços psicológicos de acolhimento à população, nos quais profissionais de psicologia conseguem estar vinculadas/os, nota-se ainda que a inserção de profissionais nestes espaços se torna algo muito desafiador, visto o processo de privatização e precarização das políticas públicas, o que, associados à má remuneração e às más condições de trabalho, afastam muitas/os profissionais desses espaços.

Dessa forma, *vemos como algo ainda presente o quanto é difícil pensar no público para o qual se faz Psicologia*. Refletir sobre este processo perpassa por atravessamentos de diversas dimensões, tanto pessoais, quanto profissionais, em que vemos como algo sem fundamento ter uma única resposta para toda uma categoria de dúvidas. Contudo, não se pode ignorar o dever e o compromisso social que constrói a Psicologia Brasileira, que sempre deve ser levada em consideração na atuação do Psicólogo no Brasil (Cf. SOARES, 2010).

1.1 População em Situação de Rua: Considerações Iniciais

Continuando as considerações iniciais até então apresentadas, cremos ser pertinente dedicar uma especial atenção à população em situação de rua, como extrato social que metaforiza o acometimento por múltiplas violências e violações de direitos, e que demanda de um olhar cuidadoso por parte das/os profissionais de Psicologia.

Diariamente vistos, raramente enxergados; essa é a realidade de milhares de brasileiras e brasileiros que fazem das ruas seus espaços de “morada”. Dentre as mais diversas vulnerabilidades enfrentadas pela população brasileira, a de pessoas em situação de rua está entre as mais agravantes. Sem pretender comparar ou quantificar níveis de sofrimento com outros públicos, pessoas em situação de rua enfrentam as mais diversas exposições a condições

de vulnerabilidades – muitas vezes interseccionadas, em gênero, raça e sexualidade, p. ex. – sobrevivendo a condições de subsistência absolutamente precárias, colocando-as nos mais altos níveis de exclusão social.

Discutir sobre estas pessoas que vivem em situação de rua, em um país com a condição e a potencialidade econômica apresentada pelo Brasil, é (mais) um dos fatores que evidenciam a má distribuição de renda e a desigualdade social enfrentada pela população brasileira. Apesar do direito à moradia ser considerado uma condição de Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1948, segundo o IBGE (2010), cerca de 222 mil brasileiros vivem em situação de rua – número esse que tende a aumentar com a crise derivada da pandemia do COVID-19 (Cf. ROCHA; BRAMBILLA; BARROS, 2020).

O cenário enfrentado diariamente pela pessoa em situação de rua é de constante constrangimento e marginalização; além do descaso de não ter um espaço seguro e adequado para a sua moradia, lhe é negado constantemente aquilo que deveria ser garantido pela Constituição Federal de 1988, como direito à saúde, à educação e à segurança (Cf. MATTOS; FERREIRA, 2004). Socialmente, o “morador de rua” é compreendido como alguém que não deve ser tratado como um cidadão, constantemente não sendo sequer olhado como um ser humano, detentor de direitos básicos. É muito comum, como exemplo desta observação, vermos notícias de violência para com pessoas em situação de rua; porém, a mobilização social é quase que inexistente, diferente de quando é sofrida por outros públicos. Isto, para além de todos os efeitos imediatos que agrega, também é destacadamente evidenciado como produtor de efeitos psicossociais, resultando, invariavelmente, em sofrimento para quem vivencia a situação do “estar na rua” (Cf. SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

Por tudo isto, compreender as vulnerabilidades sociais interpostas na vida de uma pessoa em situação de rua vai para além do reducionismo analítico de afirmar que “não há um lugar para morar”. Além de todos os desafios que o espaço da rua lhes oferece, essas pessoas têm atravessamentos sociais que expõe ainda mais as suas vulnerabilidades. Questões de gênero, sexualidade, raça, uso de substâncias psicoativas, entre outras e variadas questões, na sociedade brasileira, são carregadas de preconceitos e estereótipos que, devidos a fatores morais, levam estes públicos a uma vivência de preconceito e discriminação; o que, quando associado à pessoa estar em situação de rua, amplifica ainda mais a percepção de exclusão social (Cf. MATTOS; FERREIRA, 2004; RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

A isto, soma-se o fato de que a representação social a partir de elementos estereotipados de base negativa direcionados às pessoas em situação de rua é um processo ainda muito forte na sociedade brasileira, sendo estas mesmas pessoas comumente (e quase que automaticamente) compreendidas como loucas, vagabundas, perigosas, sujas, drogadas, etc. Este processo de estereotipação é tão evidente e tão forte que é possível observá-lo até mesmo entre as próprias pessoas em situação de rua, que passam a se enxergar, muitas vezes, também destes lugares (Cf. MATTOS; FERREIRA, 2004; RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020).

A marginalização da população em situação de rua, entretanto, não é algo recente. Foucault (1978), em “A História da Loucura”, retrata como este público já era marginalizado há séculos atrás (ainda que de maneira distinta da população tida como *louca*), com a intenção – sempre presente – de realizar a “limpeza” das ruas das cidades, o que impulsionou, inclusive, um movimento de “jogar” os “moradores de ruas” em Hospitais Gerais, aprisionando-os, nestes espaços que funcionavam já como ensaios de manicômios. Este movimento ainda se repete na contemporaneidade; talvez não mais apenas com os muros das prisões, dos manicômios (ou das

Comunidades Terapêuticas, p. ex.), mas com os muros psíquicos, culturais e nas relações instituídas em nossa sociedade.

É por estas observações que este trabalho se apresenta, e em cujas ideias tal prática se assenta. Neste artigo, queremos evidenciar a experiência de um estagiário de Psicologia junto a um Programa de oferta de cuidados à população em situação de rua, de nome Corra Pro Abraço. Localizado na cidade de Salvador/BA, este programa se apresenta como um importante dispositivo de cuidado a este público, bem como um importante dispositivo de formação de novas/os profissionais da Psicologia, na medida em que recebe estagiárias/os de Psicologia, já em fase de conclusão de suas graduações.

Assim, nosso objetivo, ao publicar esta experiência, se dá na medida do desejo de visibilizar a experiência vivenciada, em suas adversidades e potencialidades no processo formativo de novas/os psicólogas/os, bem como evidenciar, em igual medida, a importância da existência de programas voltados ao público representado pela população em situação de rua, compreendendo tal evidênciação como a nossa justificativa e parte do compromisso que se erige às/aos pesquisadoras/es e profissionais das mais diversas áreas profissionais, tão bem demarcado por Mattos e Ferreira (2004), quando estes nos dizem que:

Tal como as pessoas em situação de rua, nós, pesquisadores e cientistas sociais, também podemos elaborar de formas distintas as tipificações comumente fomentadas em nossa sociedade. Podemos, por um lado, em nossas pesquisas, nos resignarmos a tais conteúdos e reproduzir relações de dominação alinhadas aos ideais neoliberais: considerando que a culpa pela situação de rua é somente das pessoas que vivenciam tal condição e que cabe a nós, donos do saber, orientá-las, submetendo-as aos nossos valores. Em contrapartida, temos a possibilidade de negar estas tipificações, atribuindo a essas pessoas a condição histórica de lutar junto a nós para a transformação desta realidade social (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 55).

2. Método

Este relato de experiência (DALTRO; FARIA, 2019) foi construído a partir da realização de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, desenvolvido e supervisionado na área de Psicologia Social Comunitária, junto a um curso de Psicologia de uma Universidade na cidade de Salvador/BA, em parceria com o Programa Corra Pro Abraço. Sobre este Programa, podemos ver o que nos dizem Araújo e Saad (2019):

O Programa Corra Pro Abraço é uma iniciativa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Estado da Bahia, coordenada pela Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), que tem como objetivo promover cidadania e garantir direitos de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade social, baseado nas estratégias de Redução de Danos físicas e sociais, aproximando seus beneficiários das políticas públicas existentes e entendendo que o estigma e as desigualdades interferem em suas capacidades de busca, acesso e acolhimento pelos serviços públicos (ARAÚJO; SAAD, 2019).

A princípio, a prática do estágio se daria diretamente em campo, junto à equipe do programa, tendo contato direto com o público assistido nas Unidades de Apoio à Rua (UAR). Contudo, quando estávamos prestes a iniciar as idas a campo, em função da pandemia do novo coronavírus (COVID-19/SARS-CoV-2), todas as atividades universitárias previstas para o

campo foram suspensas, bem como toda a rotina da sociedade e do Programa foram afetadas, para diminuir a possibilidade contaminação de pessoas pelo vírus em questão.

Com a liberação do retorno às atividades de estágio, por parte do Ministério da Educação (MEC), no início do semestre de 2020, junto à liberação e normatização destas práticas por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP), intentando à prática de estágios de forma remota, foram possibilitadas as atividades do estágio, sob uma nova configuração, ainda junto ao referido Programa. Foi possível, assim, construir a prática de estágio a partir da realização de atendimentos remotos em Psicologia com familiares de/ou assistidas/os do Programa, de forma exclusivamente remota, com aquelas e aqueles que tivessem algum acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) que possibilitassem tal processo. Este relato de experiência é baseado, portanto, na experiência do atendimento a uma assistida do programa.

Sobre o método, convém ainda registrar que a escolha pelo relato de experiência se dá, conforme vemos em Daltro e Faria (2019), pela constatação de que este pode ser uma importante fonte de compartilhamento de boas práticas: o que cremos ser visualizável aqui.

3. Resultados e Discussões

3.1 Atendimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade: O Caso Gorete

Podemos dizer que o processo de estágio junto ao Corra Pro Abraço perpassou por etapas desafiadoras, que vão além daquelas às quais já eram esperadas. Lidar com público em situação de rua, *per si*, é compreender que são imensuráveis os níveis de vulnerabilidades e sofrimentos que atravessam estas pessoas, situações essas que só são possíveis de alguma mínima compreensão a partir da escuta dos próprios sujeitos que as vivenciam.

Defrontar-se com pessoas em situação de rua, assim, requer, em primeira instância, um processo de desconstrução pessoal, onde o estudante concluinte da formação em Psicologia, que ocupa um lócus de privilégio na relação com o público atendido (dentre muitos motivos, destaque-se o acesso ao letramento e à escolarização superior), deve vislumbrar os elementos interpostos na relação terapêutica que podem impossibilitar o dimensionar da realidade da pessoa em situação de rua. Logo, deparar-se com quem vivencia situações de violência, preconceito, discriminação, rejeição, “não ter onde dormir”, “se higienizar”, “não ter com o que se alimentar”, entre outros exemplos de falas ouvidas ao longo desta experiência, sendo proferidas por pessoas que moram na mesma cidade que você, evidenciam as consequências e a gravidade do que é a desigualdade social, em sua faceta estrutural – e os desafios de produzir uma Psicologia nestes espaços, para/com estas pessoas, se esta mesma Psicologia não for produzida a partir de um reposicionamento de sua práxis (Cf. MARTÍN-BARÓ, 1997).

O processo de rejeição para com as pessoas em situação de rua mostra-nos o quanto a sociedade está estruturada para perpetuar esse movimento de exclusão social, que pode, em muito, inviabilizar a construção de laços vinculares para o estabelecimento do cuidado. Foucault (1978) cita como, no século XVII, moradores de rua eram internados nos antigos hospitais gerais, que funcionavam mais como prisões, com a intenção de “educá-los” para viver socialmente – o que dialoga, em muito, com a perspectiva manicomialista de produção de cuidados. Esses hospitais carregavam consigo o peso da moralidade, de “dar utilidade ao ocioso”, e, conseqüentemente, “limpar” as ruas das cidades que estavam “sujas” com tantos “moradores de rua”. Alcântara, Abreu e Farias (2015) indicam, por acréscimo, que o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, o desemprego e os conflitos familiares figuram como os

principais fatores que levam pessoas a estarem em situação de rua; e o uso abusivo de álcool e outras drogas, destaque-se, está presente na vida da maioria das pessoas em situação de rua, sendo este um dos principais fatores conflitivos que os levam a estar nessa situação (RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018; ALCANTARA; ABREU; FARIAS 2015; SANTOS; JACINTO; ROCHA, 2020). Visto que a “droga” ainda é criminalizada no Brasil, estereótipos são associados a esse uso, onde a sociedade compreende esses sujeitos como perigosos e marginais, o que os levam a frequentemente sofrerem repressão policial e terem dívidas com a justiça.

É neste cenário que a experiência aqui erigida se estabeleceu, ocorrendo a partir dos atendimentos realizados pelo primeiro autor deste artigo junto a um caso clínico, sob a devida supervisão dos demais autores. O caso atendido foi o de uma mulher em situação de rua – a que chamaremos de Gorete (nome fictício) –, usuária de drogas, ao mesmo tempo assistida e familiar de assistido pelo Programa Corra Pro Abraço. Havia, ainda, a hipótese de a mesma estar em sofrimento de violência doméstica atual. Ela, que era grande conhecedora orgânica da Redução de Riscos e Danos, apesar de, inicialmente, figurar como familiar de um assistido, acabou por ser também compreendida como assistida, postas as suas dificuldades quanto à vivência em ambiente de rua, individual e sistemicamente.

Dos primeiros atendimentos, o que se constatou, logo a princípio, foi a adversidade interposta tanto no estabelecimento do laço vincular, quanto na definição dos focos ou direcionamentos das escutas a serem realizadas. Havia, em mesma medida, uma necessidade e uma dificuldade no estabelecimento dos porquês da realização do acompanhamento psicológico, já que a demanda não estava exatamente bem formulada. Parecia haver, por parte da usuária, um desejo de ser escutada, a qualquer tempo e sem maiores padrões; e, por parte da equipe, um forte desejo de que a usuária em questão fosse atendida por uma/un profissional da Psicologia, sem que isso tenha se convertido, necessariamente, em uma demanda mais bem estruturada à Psicologia. Assim, as escutas seguiram ocorrendo com a proposta de ofertar um acolhimento de tipo constante, mas não obrigatoriamente direcionado para questões em específico.

Os atendimentos seguintes seguiram ocorrendo, entretanto, com intensa dificuldade, por parte de Gorete, em seguir os dias e horários acordados; o que revelava a própria dificuldade na produção de um enquadre. Isto revelava, parece-nos, adicionalmente, uma condição curiosa, própria da vivência que se experimentava: de um lado, a *intangibilidade* do sujeito a ser cuidado; do outro, a necessária produção de *flexibilidades* aos acordos convencionais do fazer psicológico. Se, para uns, havia a expectativa da produção de um enquadre clássico, formal, impecável; para outros, o que se evidencia é o movimento próprio das pessoas que habitam os espaços da rua, em termos de sua fluidez, de seus “caminhares escorregadios”, de sua “curiosa desobediência” às regras e normas.

Os últimos atendimentos, como não poderia deixar de ser, foram aqueles que revelaram a maior adversidade, postas ausências recorrentes da usuária. Ocorreram faltas sequenciadas de Gorete, nem sempre com a sinalização de justificativas plausíveis. Após uma série de ausências – já sem respostas, todavia – evidenciou-se a necessidade de “fechar o caso”, fazendo algum esforço adicional para que o próximo atendimento pudesse ocorrer e, nele, um encerramento. Contudo, em termos convencionais, a usuária “evadiu”, o que fez surgir a necessidade de discutir o caso com a equipe, sinalizando essas adversidades, e avaliando formas possíveis de “encerrar o acompanhamento psicológico”, com o máximo de qualidade possível. Não obstante, frente ao fim do semestre curricular, e à ausência de retornos por parte da usuária, o caso foi encerrado, tão somente, junto à equipe.

Destas observações, duas questões importantes são erigidas, aqui, como elementos classificados por nós como “adversidades”, e que se revelam fartamente na experiência anteriormente relatada do caso de Gorete, e sobre as quais gostaríamos de nos debruçar, na continuidade deste texto: (1º) as questões do fazer da Psicologia, em termos de processo de trabalho/estágio, em um contexto de pandemia; (2º) as questões do fazer da Psicologia, no manejo com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

3.2 O Processo de Trabalho/Estágio em Psicologia frente à Pandemia do COVID-19: O que podemos (re)aprender?

Durante todo o processo de formação como psicólogo, no que tange ao autor principal deste texto, um dos desejos mais presentes sempre foi o de estar junto a populações que não tivessem acesso a serviços de assistência. Pensar no *para quem* nós nos formamos em Psicologia nos direciona a olhar, também, para aquelas e aqueles que poucas vezes são enxergadas/os. Assim, no 10º semestre de formação, encontrar a oportunidade de estagiar com a população em situação de rua é sempre algo que vem para uma realização profissional e pessoal e, junto a isso, várias expectativas sempre são criadas, com o desejo de logo ir a campo aprender, e pôr em prática tudo aquilo que é aprendido ao longo de nosso preparo acadêmico.

Essas expectativas, todavia, logo foram frustradas, pois, em função do aumento do número de casos do COVID-19 em Salvador/BA, a ida a campo acabou sendo adiada, assim como todas as atividades acadêmicas de caráter prático, em campo. O distanciamento social foi a forma que o mundo encontrou para frear o crescente número de possíveis contagiados (ROCHA; BRAMBILLA; BARROS, 2020), impossibilitando qualquer retorno dos estágios.

Em meio a esse processo, um dos primeiros questionamentos que nos ocorrem é o de *como ficam as pessoas em situação de rua em um contexto como o de pandemia?* Em um momento em que todas e todos, sem distinções de classe, raça ou gênero, estão vulneráveis ao contágio e às complicações da doença, como ficam aqueles que não tem nem “os muros de sua casa” para se protegerem? Ou seja, os impactos decorrentes da pandemia se dão em igualdade de condições, ou são demarcados a partir de diferentes nuanças sociais, econômicas e políticas?

O questionamento de *para quem* se faz Psicologia, logo, nunca fez tanto sentido como em um momento como este, em que, em pleno século XXI, no auge do desenvolvimento tecnológico e no ápice dos cuidados possíveis em saúde, ter uma doença que impacta o mundo como o novo coronavírus é algo que implica em nossas capacidades de produzir cuidados, ampliar ações e formular novas conexões e jeitos de nos conectarmos. E todas estas foram questões presentes, a todo o tempo, nas ponderações referentes à prática deste estágio e ao atendimento de Gorete.

Ao convocarmos a Psicologia, assim, à necessidade de produção de uma implicação social, econômica e política com a contemporaneidade, no contexto pandêmico, queremos afirmar que o distanciamento das/os profissionais de Psicologia da realidade dos indivíduos pode provocar efeitos ainda mais graves, visto que os atravessamentos advindos da pandemia perpassam por toda a sociedade, mas não da mesma maneira. Tendo em vista essa realidade, a retomada dos estágios em Psicologia, neste contexto e nestes formatos, implica em compreender esses atravessamentos advindos da pandemia como expressão de adversidades comuns à prática da/o psicóloga/o que se predispõe a uma vivência social e comunitária de trabalho, em que assumir um papel social e politicamente implicado é sinônimo de um potencial de adaptabilidade e (re)adequação dos processos de trabalho para a nossa ciência e profissão.

3.3 Atendimento Remoto em Contextos de Pandemia: Um Outro Olhar para a Psicologia na relação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

O atendimento psicológico via TIC, por muito tempo, soou, para a Psicologia, como algo estranho, em que compreender como se efetivariam as etapas da atuação psicológica em dispositivos online, para muitas profissionais, não parecia algo eficaz e/ou responsável. Contudo, desde a Resolução CFP N° 11/2018, na qual o CFP amplia as possibilidades de atuação de profissionais de Psicologia por meio das TICs, inicia-se uma reflexão sobre como estas ferramentas seriam possíveis em nossa atuação profissional.

Esta é uma possibilidade que surge junto aos movimentos de globalização e democratização do acesso às Tecnologias, aproximando sujeitos que se encontram fisicamente distantes; para além disso, aproximando a Psicologia de pessoas e espaços os quais não tenham acesso à nossa profissão. E, essas ferramentas se tornam ainda mais fundamentais durante a pandemia do COVID-19, na qual o isolamento social, por ser a melhor medida de proteção encontrada, impossibilitou parte substancial dos atendimentos presenciais.

Poucos são os estudos brasileiros, entretanto, voltados a atendimentos realizados por meio das TICs; sendo assim, muitos desafios e dificuldades ainda tem de serem compreendidos para que possamos encontrar a melhor forma de contorná-los (Cf. PINTO, 2002; SIEGMUND et al, 2015; SIEGMUND; LISBOA, 2015). Existem tanto argumentos positivos quanto negativos para a atuação online em Psicologia, e todos esses têm que ser considerados quando essa for a forma indicada para o atuar. Nesse sentido, Fleury (2020) cita, a partir de pesquisa realizada neste ano, os principais argumentos para o uso das TICs em Psicologia, quais sejam:

[...] entre os cinco principais argumentos favoráveis: 1) maior acesso à psicoterapia; 2) disponibilidade e flexibilidade dos atendimentos, o que possibilita benefícios terapêuticos; 3) vantagens relacionadas às características específicas do cliente (por exemplo, localização remota); 4) conveniência, satisfação, aceitação e aumento da demanda; e 5) vantagens econômicas. Os cinco principais argumentos contrários foram: 1) questões de privacidade, confidencialidade e segurança; 2) competência do terapeuta e necessidade de treinamento especial; 3) questões de comunicação específicas da tecnologia, como a falta de indícios não verbais; 4) lacunas de pesquisa; e 5) questões emergenciais, como o fato de o terapeuta não perceber uma situação de crise do cliente (ibidem, p. 02).

Na prática, o que demanda de uma maior atenção da/o profissional de Psicologia são os argumentos contrários, pois deles é de onde se originam as questões éticas e as situações adversas que podem impossibilitar o processo psicoterapêutico, e que se apresentam, por conseguinte, como desafios a serem transpostos. Neste aspecto, ao se atender população em situação de rua, de forma remota, acentuam-se essas dificuldades – como vimos, aqui, no caso de Gorete – tanto pelo mais dificultoso manejo vincular, quanto pela menor percepção de comprometimento da pessoa assistida para o processo psicoterapêutico (o que poderia, supomos, manifestar-se de maneira menos intensa se tratássemos de um atendimento presencial).

4. Considerações Finais

Haja vista a experiência aqui relatada, e tendo em vista todas as adversidades encontradas para a realização deste estágio, conforme foram descritas, acreditamos que esta possa ter sido uma experiência transformadora *às avessas*.

Dizemos às avessas porque, considerando tudo o que foi vivido ao longo deste estágio, uma primeira ideia que nos surge é a de que programas como o Corra Pro Abraço não deveriam existir, afinal, são programas que existem para minimizar os impactos causados devido a negligências do Estado, que levam as pessoas a estarem em situação de rua. Contudo, diante da realidade encontrada, o Corra Pro Abraço acaba por desenvolver um papel fundamental para seus assistidos, fato comprovado pelo retorno positivo que eles dão ao programa e aos seus profissionais.

Dizemos às avessas também porque a realidade encontrada durante a pandemia do novo coronavírus interferiu diretamente na mudança do processo de trabalho/estágio, pois se fez necessário o distanciamento físico, mas se possibilitou a construção de alguma assistência possível mediada pelas TICs. Esta ferramenta se apresenta como importante para a atuação de profissionais de Psicologia, tendo em vista que ela possibilita serviços psicológicos alcançarem espaços e públicos antes não tão facilmente alcançados, bem como em situações de urgências e emergências em saúde. Ela se torna mais uma possibilidade tátil do fazer psicológico; não a melhor, não a única, mas uma boa possibilidade de ampliação do campo de atuação da profissão. Apesar de todas as adversidades enfrentadas, na experiência aqui descrita, ao recorrermos às TICs como ferramenta de atuação, isso não a invalida sua eficácia, fato é que sem o seu uso durante a pandemia, muitos serviços psicológicos não seriam oferecidos mediante ao distanciamento social. Não obstante, não podemos deixar de registrar, também, a dificuldade vincular representada pelo caso descrito nesta experiência, motivo pelo qual concordamos com a (parca) literatura científica produzida sobre o tema, quanto à dificuldade no manejo destas relações em ambiente online. Produzir maiores estudos sobre, estimulando novas e diferentes experiências, pode ser um importante limite/sugestão que, aqui, gostaríamos de registrar.

Por fim, e por conseguinte, salienta-se a necessidade de mais espaços de pesquisa que possibilitem o desenvolvimento do uso das TICs como ferramenta de atuação psicológica, especialmente em momentos de adversidade generalizada, como o que vivenciamos agora, nesta pandemia. Existem poucas publicações desenvolvidas até então, apesar de apresentar várias possibilidades de inserção dela em diversos espaços, o que torna, ao mesmo tempo, possível e dificultoso um diálogo teórico sobre a questão. Mais ainda, destaque-se a necessidade de produção de maiores estudos sobre o trabalho com a população em situação de rua, lócus de atuação para a Psicologia bastante fervilhante, mas ainda constituído de poucos estudos em números absolutos, quando observamos, na nossa ciência e profissão, outras áreas de atuação.

Vale sempre recordar que a Psicologia caracteriza-se por uma profissão que sempre enfrentou e enfrentará adversidades para a construção de seu processo de trabalho, seja em quais forem os seus tempos e espaços de atuação, e todos os recursos que (com estudos) venham a nos auxiliar em momentos como o de agora devem ser considerados, desde que estejam dentro dos parâmetros éticos defendidos pela nossa ciência e profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Rodrigo da Silva et al. *A Atuação do Psicólogo Comunitário a Partir da Psicologia da Libertação. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais – UNIT – ALAGOAS*, Maceió, v. 02, n. 03, p. 97-112, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/download/2072/1282/>>. Acesso em: 01 Dez. 2020.
2. ARAÚJO, Edgilson Tavares; SAAD, Luísa. **Outros Caminhos são Possíveis – Corra Pro Abraço: Ação Pública de Redução de Riscos e Danos para Populações Vulneráveis**. Salvador: Comunidade, Cidadania e Vida, 2019. Disponível em: <<http://corraproabraco.files.wordpress.com/2020/07/livro-corra-pro-abrac3a7o-outros-caminhos-sc3a3o-poss3adveis-publicac3a7c3a3o-digital2020.pdf>>. Acesso em: 30 Dez. 2020.
3. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 Dez. 2020.
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP Nº. 04/2020**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250189333>>. Acesso em: 03 Dez. 2020.
5. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP Nº. 11/2018 (Comentada)**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2018. Disponível em: <<http://e-psi.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Comentada-Documento-Final.pdf>>. Acesso em: 03 Dez. 2020.
6. DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. *Relato de Experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. Estud. Pesqui. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 01, p. 223-237, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Dez. 2020.
7. FLEURY, Heloísa Junqueira. *Psicodrama e as especificidades da psicoterapia on-line. Rev. Bras. Psicodrama*, São Paulo, v. 28, n. 01, p. 01-04, 2020. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v28n1/1.pdf>>. Acesso em: 30 Dez. 2020.
8. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
9. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese dos Indicadores de 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 01 Dez. 2020.
10. MARTÍN-BARÓ, Ignácio. *O Papel do Psicólogo. Estud. Psicol. (Natal)*, Natal, v. 02, n. 01, p. 07-27, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>>. Acesso em: 02 Dez. 2020.
11. MATTOS, Ricardo Mendes.; FERREIRA, Ricardo Franklin. *Quem Vocês Pensam Que (Elas) São? – Representações Sobre as Pessoas em Situação de Rua. Psicol. Soc.*, Porto Alegre,

- v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 01 Dez. 2020.
12. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque (EUA): Organização das Nações Unidas (ONU), 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 01 Dez. 2020.
13. PINTO, Elza Rocha. *As modalidades do atendimento psicológico on-line*. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 02, p. 168-177, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v10n2/v10n2a07.pdf>>. Acesso em: 30 Dez. 2020.
14. ROCHA, Renan Vieira de Santana; BRAMBILLA, Beatriz Borges; BARROS, Brenda Dantas. *Saúde Mental em Contextos de Pandemia e Isolamento Social: Tarefas para as Trabalhadoras e Trabalhadores da Saúde*. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Juazeiro do Norte, v. 08, n. 03, p. 657-666, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.16891/2317-434X.v8.e3.a2020.pp657-666>>. Acesso em: 20 Dez. 2020.
15. RODRIGUES, Jéssica Silva; LIMA, Aluísio Ferreira de; HOLANDA, Renata Bessa. *Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua*. **Psicol. Ciênc. Prof.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 424-436, 2018. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>>. Acesso em: 05 Dez. 2020.
16. SANTOS, Carla Souza dos; JACINTO, Pablo Mateus dos Santos; ROCHA, Renan Vieira de Santana. *Cuidado em Saúde Mental para a População em Situação de Rua: Uma Revisão Integrativa da Literatura Científica*. **Revista Sociedade e Ambiente**, Luís Eduardo Magalhães, v. 02, n. 02, p. 121-140, 2020. Disponível em: <<http://www.revistasociedadeeambiente.com/index.php/dt/article/view/26/22>>. Acesso em: 02 Dez. 2020.
17. SIEGMUND, Gerson et al. *Aspectos Éticos das Intervenções Psicológicas Online no Brasil: Situação Atual e Desafios*. **Psicol. Estud. (Online)**, v. 20, n. 03, p. 437-447, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28478/pdf_76>. Acesso em: 30 Dez. 2020.
18. SIEGMUND, Gerson; LISBOA, Carolina. *Orientação Psicológica On-line: Percepção dos Profissionais sobre a Relação com os Clientes*. **Psicol. Ciênc. Prof.**, Brasília, v. 35, n. 01, p. 168-181, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/1982-3703001312012>>. Acesso em: 30 Dez. 2020.
19. SOARES, Antônio Rodrigues. *A Psicologia no Brasil*. **Psicol. Ciênc. Prof.**, Brasília, v. 30, n. spe, p. 08-41, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>>. Acesso em: 20 Dez. 2020.
20. VIAPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. *Adoecimento Psíquico na Sociedade Contemporânea: Notas Conceituais da Teoria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença*. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe4, p. 175-186, 2018. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/0103-11042018s414>>. Acesso em: 05 Dez. 2020.